

# PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROJETO: ESCOLA E COMUNIDADE CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE

Eliane Santos de Santana<sup>1</sup> | Elisenia de Carvalho Lima<sup>2</sup> | Betisabel Vilar de Jesus Santos<sup>3</sup>

Pedagogia



ISSN IMPRESSO 1980-1785  
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

A preocupação com os problemas gerados pela intervenção desordenada do homem sobre o ambiente e com o futuro da vida no/do planeta fez com que emergisse uma nova consciência quanto à necessidade de mudar hábitos antigos que acabaram por provocar a destruição, degradação e desvalorização do planeta e se passasse a desenvolver novas formas para tornar melhor a vida dos habitantes do planeta. Do consenso quanto à necessidade de mudanças de mentalidade para preservar a natureza surgiu a ação educativa que resultou na institucionalização da Educação Ambiental (EA). Partindo do entendimento de que a teoria é válida, mas é na prática que ela se confirma; de que o exercício prático fornece os indicadores de acertos e erros, apontando onde pode melhorar, ou onde não se deve investir; optamos por analisar uma proposta de EA desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil Berenice Campos, pertencente à rede municipal de ensino de Aracaju, buscando identificar mudanças no cotidiano escolar dos alunos da referida escola. A preocupação com a questão ambiental emergiu em final de 2009 quando a escola passou a contar com uma nova coordenação composta pelas professoras Erlene Correia de Matos e Leda Maria da Cruz que, ao se defrontarem com o acúmulo de lixo ao redor da escola e de outros espaços da comunidade decidiram implementar ações voltadas à promoção de uma nova consciência ambiental e ao reaproveitamento dos recursos disponíveis na comunidade, muitas vezes descartados. Para realizar o estudo adotou-se como procedimento: levantamento bibliográfico para subsidiar as análises desenvolvidas, bem como a coleta de dados através da observação do trabalho desenvolvido pela escola, análise de documentos e realização de entrevistas com os diversos segmentos da escola. Conclui-se que apesar da EA não ser componente obrigatório do currículo educacional da educação infantil, se queremos construir uma consciência de preservação do meio ambiente, a escola um importante papel a desempenhar nessa busca pelo desenvolvimento sustentável e este trabalho vem efetivamente sendo realizado pela EMEI Berenice Campos.

## PALAVRAS CHAVE

Desenvolvimento Sustentável. Educação Ambiental. Meio Ambiente. Prática Pedagógica

The concern with the problems generated by the intervention disorderly man on the environment and the future of life on / the planet that did emerge with a new awareness of the need to change old habits that eventually cause the destruction, degradation and devaluation of the planet and passed to develop new ways to make better the lives of inhabitants of the planet. Consensus on the need to change mindset to preserve nature arose educational action that resulted in the institutionalization of environmental education (EE). Based on the understanding that the theory is valid, but in practice it is confirmed, that provides the practical indicators of success and failure, pointing where you can improve, or where you should not invest, we chose to analyze a proposal developed by EE at the Berenice Campos Municipal Elementary School Children, belonging to municipal schools in Aracaju, seeking to identify changes in daily school life of students of that school. Concern over environmental issues emerged in late 2009 when the school now has a new coordination composed by teachers Erilene Correia de Matos and Leda Maria da Cruz, when confronted with the accumulation of garbage around the school and other spaces of the community decided to implement actions aimed at promoting a new environmental awareness and reuse the resources available in the community, often discarded. To conduct the study was adopted as a procedure: the literature to support the analysis developed, as well as the collection of data through observation of the work of the school, review of documents and interviews with various segments of the school. We concluded that despite EE not be mandatory component of the educational curriculum of early childhood education, if we want to build an awareness of environmental preservation, the school an important role to play in this quest for sustainable development and this work is actually being done by EMEI Berenice Campos.

## **KEYWORDS**

Sustainable Development. Environmental Education. Environment. Pedagogical Practice.

## **1 INTRODUÇÃO**

A postura assumida pelo homem em relação à natureza tem ao longo dos séculos provocado mudanças significativas nas condições climáticas da Terra, causando grande impacto na fauna e na flora, daí resultando grandes catástrofes.

Nesse contexto surge a necessidade de aprender a explorar a natureza de forma sustentável, evitando mudanças bruscas de temperatura e tempestades, conservando o ambiente para as gerações futuras em condições de ser explorado novamente.

A preocupação com os problemas gerados pela intervenção desordenada do homem sobre o ambiente e com o futuro da vida fez com que surgisse a mobilização da sociedade, exigindo soluções e mudanças. Uma das iniciativas mais marcantes foi a institucionalização da Educação Ambiental, como forma de desenvolver nas novas gerações uma consciência crítica de suas ações assim como a necessidade de preservação do ambiente comum a todos os seres.

Mas, como tem se dado o ensino de Educação Ambiental (EA)? Será que o desenvolvimento dessa prática tem contribuído para criar uma nova mentalidade nas crianças e jovens? A partir de que ano pode-se trabalhar esse tema? Para encontrar respostas a algumas

dessas questões foi elaborado o presente artigo que tem como finalidade analisar a prática da Educação Ambiental na escola.

Partindo do entendimento de que a teoria é válida, mas é na prática que ela se confirma; de que o exercício prático fornece os indicadores de acertos e erros, apontando onde pode melhorar, ou onde não se deve investir; e, de que nenhuma teoria ou prática é permanente, pois o homem é um ser em evolução constante, optamos em tomar como referência nesse estudo o trabalho desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Infantil Berenice Campos, buscando identificar mudanças promovidas no cotidiano escolar dos alunos da referida escola.

Trata-se, portanto, de um estudo de caso, que consiste no "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento" (GIL, 2004, p. 54). É utilizado quando há o interesse em observar a ocorrência do fenômeno no campo social sendo a teoria utilizada para interpretar os dados coletados.

Para realizar o estudo adotamos como procedimentos: levantamento bibliográfico para subsidiar as análises desenvolvidas, coleta de dados através da observação do trabalho desenvolvido pela escola, análise de documentos e realização de entrevistas com os diversos segmentos da escola.

Esperamos com este artigo contribuir para ampliação das ações voltadas a difusão da Educação Ambiental na Educação Básica.

## **2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A Educação Ambiental compreende o ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar na preservação e utilização sustentável dos seus recursos.

Variações climáticas despertaram essa consciência crítica, acerca das respostas da natureza às ações do homem no meio ambiente. Trazendo a necessidade de repensar sua forma de vida, seu cotidiano e a preservação do meio ambiente.

Do consenso quanto à necessidade de mudanças de mentalidade para preservar a natureza surgiu a ação educativa. Órgãos e militantes das causas ambientais vêm promovendo eventos, protestos, leis e elaborando material de divulgação chamando a atenção para a causa do meio ambiente. Exemplo de ação voltada a esta questão é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, que promoveu três conferências internacionais em EA durante duas décadas (70-80).

A primeira foi no ano de 1975, a Conferência em Belgrado (ex-Iugoslávia), contou com a presença de especialistas de 65 países, gerando a carta de Belgrado que preconizou a erradicação de: pobreza, fome, poluição, exploração, dominação humana e analfabetismo. Partia-se do entendimento de que uma nação não podia se desenvolver com a destruição da outra, e sugeriu a criação de um Programa Mundial em Educação Ambiental.

A segunda e mais marcante que revolucionou a EA, foi à primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi (Geórgia) no ano de 1977. A UNESCO junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

62 | (PNUMA) defendia que a EA deveria basear-se na ciência e tecnologia para promover a consciência e adequada apreensão dos problemas ambientais, fomentando uma mudança de conduta quanto à utilização dos recursos ambientais. Defendia ainda, que a EA deveria ser permanente, global e sustentada numa base interdisciplinar e demonstrar a dependência entre as comunidades nacionais. Foram formuladas 41 recomendações que primam pela união internacional dos esforços para o bem do homem, tendo a EA como fator primordial para que a riqueza e o desenvolvimento dos países sejam atingidos mais igualmente.

O terceiro evento foi a Conferência de Moscou (antiga União Soviética) realizada em 1987 que reuniu cerca de 300 educadores ambientais de cem países. Essa conferência visava avaliar o avanço alcançado pela EA desde a conferência de Tbilisi. Buscava ainda apontar um plano de ação para a década de 1990, priorizando dentre outros: a confecção de recursos instrucionais, capacitação docente, e melhoria da qualidade das mensagens ambientais veiculadas pela mídia.

Depreende-se das conferências já realizadas, que um programa de EA para ser efetivo deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Deve ainda utilizar como laboratório, o metabolismo urbano e seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela circunvizinhança e sucessivamente até a cidade, a região, o país, o continente e o planeta.

No Brasil, os fundamentos que embasam a política de EA foram preconizados no Artigo 225 da Constituição Federal, quando define que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, cabe, dentre outros, ao poder público: VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

A regulamentação da Educação Ambiental no Brasil se deu através da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Em seu Art. 1º, a Lei assim define Educação Ambiental:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

A citada Lei ainda estabelece que a educação ambiental deva estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, cabendo ao poder público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

A função de promover a Educação Ambiental é também atribuída às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, as quais estão estabelecidas no Art. 3º da Lei 9.795/99 “V - Promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente”. De acordo com esta premissa, cabe a todos os cidadãos e não apenas aos governantes realizar a efetiva mudança de atitude na forma de agir dos homens, garantindo um meio ambiente em condições de ser explorado pelas gerações futuras.

A legislação também faz referência ao papel da imprensa na ampliação da Educação Ambiental defendendo que a esta cabe colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.

Essas ações buscam sensibilizar e proporcionar uma maior participação dos cidadãos e da sociedade organizada na tomada de decisão e implementação de ações, voltadas à promoção do equilíbrio ambiental, assegurando o desenvolvimento sustentável e a boa qualidade de vida das gerações futuras.

As ações propostas pelo governo brasileiro começaram a ser elaboradas tendo como referência a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) e da Cúpula da Terra; que aconteceu durante os dias 03 à 14 de junho de 1992, evento que consolidou a Agenda 21 Global para o meio ambiente.

A Agenda 21 global é um documento cujo início do processo de elaboração se deu em 1989 e após complexo processo de revisão, consulta e negociação, foi referendado por 179 países participantes da segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992.

Neste documento buscou-se comprometer os países na busca de alternativas para os problemas socioambientais e estabelecer um novo paradigma econômico e civilizatório ao conceito de progresso, de modo a assegurar maior harmonia entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento.

O documento está organizado em 41 capítulos e dentre as ações prioritárias estabelecidas no documento destacam-se: programas de inclusão social e de sustentabilidade urbana e rural; preservação dos recursos naturais e minerais e a definição de parâmetros éticos para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A partir da Agenda 21 Global, o governo brasileiro criou a Agenda 21 Brasileira que trata das ações propostas para a preservação do Meio Ambiente, assim como a disseminação de novos conhecimentos para esse fim. Em conjunto com essa ação foi criada a Carta da Terra que é um documento oficial brasileiro; que discorre sobre a situação ambiental atual e a que queremos chegar. Ressaltando as responsabilidades individuais que os cidadãos precisam assumir diante da realidade existente, na busca de uma mudança cotidiana para preservar o meio ambiente.

Conforme o documento A Carta da Terra em Ação tem como finalidade:

promover a transição para formas sustentáveis de vida e de uma sociedade global fundamentada em um modelo de ética

compartilhada, que inclui o respeito e o cuidado pela comunidade da vida, a integridade ecológica, a democracia e uma cultura de paz (A CARTA..., [s.d.], [n.p.]).

Construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global, a Agenda 21 Brasileira, construída entre 1996 e 2002, constitui importante instrumento de planejamento participativo, voltado à promoção da sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. Sua implementação se deu em 2003, quando passou a integrar o Programa do Plano Plurianual, (PPA 2004-2007) adquirindo mais força política e institucional.

É composto por três ações estratégicas, a saber: implementar a Agenda 21 Brasileira; elaborar e implementar as Agendas 21 Locais e a formação continuada em Agenda 21. Seus princípios e estratégias subsidiaram a Conferência Nacional de Meio Ambiente, Conferência das Cidades e Conferência da Saúde.

Para por em prática os projetos da Agenda 21 Brasileira foram efetivadas parcerias e convênios com o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério de Minas e Energia; Fórum Brasileiro das ONGs para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Confea/CREA, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e prefeituras brasileiras. Por meio destas ações os governantes estão buscando assegurar o desenvolvimento sustentável através do uso racional dos recursos naturais.

Dados do IBOPE de 2007 revelaram a preocupação dos brasileiros com os problemas ambientais, mostrando que 68% deles acreditam que esta é uma prioridade de todos.

Ainda que os governantes tenham grande responsabilidade no processo de desenvolvimento sustentável, cabe aos cidadãos comuns e à sociedade civil organizada adotar uma postura mais ecológica no seu cotidiano, buscando preservar o meio em que vivem, como forma de promover um ambiente harmonioso para todos os seres existentes.

### **3 AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL**

Autores como Dias (2000), Pedrini (1997), e Sata; Carvalho (2005), são tomados como referência nesse trabalho, para analisar as concepções de Responsabilidade Global:

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário. Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias

de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro (TRATADO...[s.d.], [n.p.]).

Carvalho (2008, p.158 apud ZUQUIM, 2012, [n.p.]) defende, ainda, que:

Seja no âmbito da escola formal, seja na organização comunitária, a Educação Ambiental pretende provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito.

A proposta principal dos autores que tratam dessa questão é de superação da dicotomia entre natureza e sociedade, por meio da formação de uma atitude ecológica nas pessoas.

Ao ignorar os problemas ambientais e sociais causados pelo homem nos tornamos uma sociedade hipócrita e inconsequente, visto que a reprodução humana cresce a cada dia, na manutenção e utilização dos recursos naturais.

Apoiado no princípio de que o homem é um ser sociável, produtivo e capaz de modificar o meio que vive, a EA tem como um de seus fundamentos o desenvolvimento da visão sócio-ambiental, que entende o meio ambiente como um espaço de relações, um campo de interações culturais, sociais e naturais (a dimensão física e biológica dos processos vitais). De acordo com essa visão, nem sempre as interações humanas com a natureza são daninhas, porque existe um co-pertencimento, uma co-evolução entre o homem e seu meio, que resulta das interações entre a natureza e as diferentes espécies, estando aí inserida a humanidade.

Mas não basta desenvolver projetos e programas, elaborar material e capacitar professores, se tais ações não forem estendidas aos funcionários, família e comunidade em geral e se no âmbito do Estado não redundarem em efetivas ações no sentido de punir as pessoas e empresas que poluem e desmatam.

Essa forma de ver o mundo traduz um novo conceito, a formação de novos hábitos e de uma nova inteligência, trazendo coração e espírito para o ambiente, habilitando as faculdades de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, criando, nutrindo e fazendo crescer o amor pelo planeta.

É mudando hábitos antigos de destruição, degradação e desvalorização que se desenvolvem novas formas para tornar melhor a vida dos habitantes do planeta, possibilitando-lhes expectativas de qualidade de vida futura. Nesse contexto, a EA não deve ser vista como mais uma disciplina do currículo escolar, mas como uma necessidade comum a todos os seres humanos dentro e fora da escola.

Para mudar esse cenário de destruição do sistema ecológico pode-se começar com ações simples como controlar o desperdício de água nas residências, diminuir o lixo residencial reaproveitando objetos e encaminhando o que não lhe for necessário para as empresas de reciclagem; entre outros. Não se pode apenas esperar e cobrar dos governos, mas agir com o que está ao nosso alcance, para poder ter condições de cobrar dos líderes governamentais o que não é possível fazer sozinho.

Nessa perspectiva se constitui uma sociedade sabia e consciente dos seus deveres, assim como diz aonde essa quer chegar. Não se pode cobrar de outras nações atitudes de respeito ao meio ambiente quando no âmbito interno não se assume uma atitude consciente.

A demonstração de respeito à natureza e a utilização de seus recursos de forma sustentável, resultará em propaganda positiva dessa ação, uma vez que influenciará outros a utilizar esses recursos sem agredir o meio ambiente. Desse modo, constata-se que a ação foi exitosa e será copiada.

A formação dessa mentalidade pressupõe entender a EA como um processo dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passam a serem agentes transformadores, participando ativamente da busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso dos recursos naturais.

#### 4 ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com o objetivo de entender como se realiza uma prática de EA, este estudo tomou como referência o trabalho desenvolvido na Escola Municipal de Educação Infantil Berenice Campos, que está situada no Bairro Porto Dantas, zona norte do Município de Aracaju-SE.

Essa escola foi criada pelo Decreto nº 07 de 25 de janeiro de 2004. É constituída por cinco salas de aula, das quais duas destinadas ao berçário e três para as classes de 03 a 05 anos. Possui ainda sala de direção, cantina e uma pequena área coberta onde as crianças fazem as refeições e brincam. A estrutura física, embora esteja necessitando de uma reforma, é bem cuidada, limpa e decorada.

Em relação aos alunos atendidos nesta escola, percebeu-se que 58,7% correspondem ao sexo masculino e 41,3% feminino – tabela 1. Sendo que a idade tem a seguinte variação: 6 seis meses a 3 anos (42,2%), de 4 anos (29,3%), de 5 anos (28,5%), conforme tabela 2.

**Tabela 1** – Tabela de alunos assistidos por sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	74	58,7
Feminino	52	41,3
Total	126	100

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2010.



Idade	Quantidade	%
6 meses a 3 anos	53	42,2
4 anos	37	29,3
5 anos	36	28,5
Total	126	100

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2010.

Nessa escola, é desenvolvida uma proposta que visa sensibilizar a comunidade interna e externa para a necessidade de preservar o meio ambiente, evitando doenças, e a formar uma nova consciência ambiental voltada ao desenvolvimento dos pilares que norteiam a EA, a saber: reciclar, reduzir e reutilizar. Por entender que esta não é uma tarefa a ser assumida apenas pela escola, posto que, envolve a formação de novos hábitos que precisam ser reforçados em casa; buscou-se inicialmente promover a aproximação com a comunidade, com a associação de moradores e com órgãos públicos e privados que pudessem subsidiar as ações a serem desenvolvidas.

A preocupação com a questão ambiental emergiu em final da década de 2009, quando a escola passou a contar com uma nova coordenação composta pelas professoras Eri-lene Correia de Matos e Leda Maria da Cruz que, ao se defrontarem com o acúmulo de lixo ao redor da escola e de outros espaços da comunidade decidiram implementar ações voltadas à promoção de uma nova consciência ambiental e ao reaproveitamento dos recursos disponíveis na comunidade e muitas vezes descartados. Por meio da reciclagem de lixo pode-se preservar a natureza promovendo o equilíbrio do meio ambiente e ainda pode gerar renda e ocupação para as pessoas.

Conforme informado pela Prof<sup>a</sup>. Leda, era comum nos finais de semana o uso do espaço escolar para encontros familiares e de namorados, bem como, o uso do espaço interno e externo para pastagem de animais, fato que tornava o ambiente pouco agradável à prática educativa. Aliado a esse fato, a nova coordenação, também, identificou problemas de saúde das crianças atendidas pela escola, causados em sua maioria por inadequados hábitos de higiene.

Inicialmente, a nova coordenação buscou estabelecer parcerias no bairro com instituições como: Associação de Moradores, Polícia Comunitária e com outras associações representativas existentes. Estabeleceu parcerias, também, com órgãos externos como: Associação de Moradores de bairros circunvizinhos, Secretaria Municipal de Educação, Unimed, Polícia Militar de Sergipe (através do Pelotão Ambiental), Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (Care). Essas parcerias foram firmadas com o objetivo de proporcionar uma experiência prática com outros ambientes fora do cotidiano escolar, como a importância da separação dos resíduos e seus processos de reciclagem; a realidade de outras pessoas, que em comum dividem o espaço físico global; o encaminhamento à assistência médica pela escola quando se faz necessário etc.

Detectados os problemas, as professoras decidiram implementar um projeto no qual a comunidade participasse. Surgiu daí “Escola e Comunidade Cuidando do Meio Ambiente”, que teve como objetivo atenuar/erradicar os problemas sociais causados pelo acúmulo de lixo.

Entendendo que antes de reciclar o lixo, as pessoas precisam adquirir informações e mudar sua postura frente às questões ambientais, o projeto buscou despertar, tanto a

68 | escola quanto a comunidade, para a importância da reciclagem, reutilização e redução dos resíduos. Nesse sentido, uma primeira ação desenvolvida consistiu em conversas e palestras com pais e comunidade em geral para a necessidade de preservação do espaço da escola. As palestras tiveram por finalidade sensibilizar a todos os envolvidos no processo educativo para a importância da reciclagem, conservação do ambiente e os prejuízos que sua degradação traz ao planeta e à saúde da população.

Ainda foram realizadas propostas de atendimento à comunidade com serviços básicos de atenção à saúde, contando com a participação de profissionais da Unimed e do Pelotão Ambiental da Polícia Militar de Sergipe, que prestaram orientação sobre os cuidados com higiene, saúde e alimentação alternativa.

De forma simples, buscaram através da brincadeira, despertar nas crianças a consciência para a preservação e manutenção do Meio Ambiente. Desse modo, colchões que já não tinham utilidade no berçário foram utilizados na confecção de almofadas colocadas nos espaços de leitura das crianças. Pneus foram utilizados na confecção de bancos e balanços, garrafas Pet para confecção de puffs, todos revestidos com TNT já utilizado e que seria descartado. Caixas de papelão foram utilizadas para reproduzir situações vividas pelas crianças, tanto no cotidiano escolar quanto da casa, sendo trabalhados, também, os cuidados a serem tomados para evitar acidentes nesses espaços.

Houve, ainda, o aproveitamento de material que seria descartado para fabricação dos brinquedos, surge então, a ideia de ornamentar a escola com a confecção de mobiles com CDs e papelão e que serviram para trabalhar os animais. Dentro das produções realizadas no projeto é interessante ressaltar que os cartazes, utilizados em caminhada ecológica, promovidos pela escola, foram produzidos pelos alunos com o auxílio dos professores, com ilustrações educativas e coleta seletiva (Fotos 1, 2, 3).

Foto 1 – Brinquedos utilizados no ambiente escolar



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A participação da Secretaria Municipal de Educação foi um aspecto pesquisado. O estudo evidenciou que através do apoio e incentivo desse importante órgão de regulação, ao qual pertence à Escola de Ensino Infantil Berenice Campos, na realização desse projeto, é de vital importância para sua execução, pois proporcionou a realização de parcerias com empresas privadas e parcerias com outros setores públicos.

Todas essas medidas foram realizadas com o apoio da comunidade na qual a escola esta inserida, com a participação ativa da representante da Associação de Moradores, por meio da líder comunitária.

O estudo revelou, também, que apesar de ser aceito pela comunidade, existe a dificuldade de manter uma participação continua dos pais dos alunos nas atividades realizadas pela escola, por motivos de trabalho e necessidades pessoais. Sendo uma estratégia adotada pela escola não mudar a rotina de horários durante os eventos, abordando os pais na chegada do aluno na escola.

Apesar das dificuldades encontradas, houve mudanças significativas nos hábitos de higiene e conservação do ambiente limpo e harmonizado, segundo a Coordenadora Pedagógica, Prof. Leda.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente estudo podemos afirmar que a aprendizagem será mais efetiva se a atividade estiver adaptada às situações, partindo da realidade vivida pelo aluno, ou do

70 | meio ambiente que vive aluno e professor, a exemplo das visitas a museus, criadouro científico de animais silvestres, excursões a vários ambientes. Os passeios em trilhas ecológicas se revestem de muita importância, porque normalmente as trilhas são interpretativas; apresentam percursos nos quais existem pontos determinados para interpretação com auxílio de placas, setas e outros indicadores, ou então se pode utilizar a interpretação espontânea, na qual monitores estimulam as crianças à curiosidade na medida em que eventos locais e fatos se sucedem. Feitos através da observação direta em relação ao ambiente, os desenhos tornam-se instrumentos eficazes para indicar os temas que mais estimulam a percepção ambiental do observador.

Concordamos ainda que a escola estudada esteja no caminho certo, pois busca realizar experiências práticas que desenvolva o senso crítico dos alunos, sendo esse um dos passos para realização de mudanças.

Todavia, nenhuma mudança acontece de forma brusca, mas sim de forma lenta e continua, não podemos então nos intimidar com as dificuldades, mas fazer delas um estímulo para alcançar nossos objetivos.

Nesse item, apresentar as considerações em relação ao estudo, as sugestões para a melhoria da problemática, respondendo ao(s) questionamento(s) proposto(s) na introdução. Pode-se, também, fazer alusões para novas pesquisas sobre o tema, com a finalidade de contribuir para o aprofundamento científico.

De acordo com a Coordenadora Pedagógica, Prof. Leda, que é a idealizadora desse projeto, porém não é a única executora dessa ação, pois conta com o apoio de todos os colaboradores da escola e órgãos reguladores competentes, como a Secretaria de Educação do Município de Aracajú, Associação de Moradores, etc.

## REFERÊNCIAS

A CARTA da terra em ação. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>>. Acesso em: 14 out. 2012.

AMBIENTE BRASIL. Disponível em: <[www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br)>. Acesso em: 14 out. 2012.

BRASIL, Constituição Federal (1988) **Lei Federal nº 9.795**, de 27 de abril de 1999.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9795 de 27 de Abril de 1999. **Política nacional de educação ambiental**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)>. Acesso em: 14 out. 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Fundamentos de educação ambiental**. Brasília: Universa, 2000.

ECCLESIA BIBLIOTECA. Disponível em: <[www.ecclesia.com.br/biblioteca](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca)>. Acesso em: 05 out. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IBAMA. Disponível em: <[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)>. Acesso em: 4 out. 2009.

JACOBI Pedro, Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março, 2003. | 71

LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Disponível em: <[www.licenciamentoambiental.eng.br](http://www.licenciamentoambiental.eng.br)>. Acesso em: 05 out. 2009. MEC. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 20 set. 2009.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

SATO, Michèle; CARVALHO Isabel Cristina Moura (Orgs.). **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2012.

ZUQUIM, Fernanda Alves. Educação ambiental e cidadania. **Educação ambiental em ação**. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=1317&class=02>>. Acesso em: 14 out. 2012.

WIKIPEDIA. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Meio\\_ambiente](http://pt.wikipedia.org/wiki/Meio_ambiente)>. Acesso em: 4 out. 2009.

---

Recebido em: 14 de dezembro de 2012

Avaliado em: 7 de janeiro de 2013

Aceito em: 10 de janeiro de 2013

---

1 Acadêmica em Pedagogia – Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: nane.schuster1@gmail.com

2 Acadêmica em Pedagogia – Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: zenia\_nena@hotmail.com

3 Orientadora - UNIT. Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS e Doutoranda em Educação pela PUC/RS. E-mail: betisabelvilar@ig.com.br.

Trabalho apresentado como requisito para Conclusão do Curso de Pedagogia.